

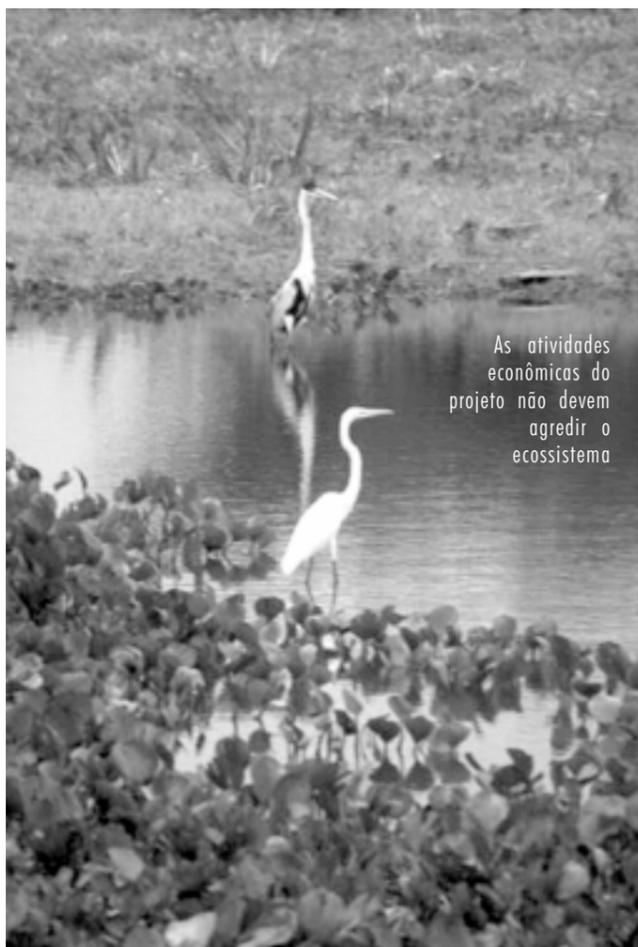
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.269 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2001

Jader elogia criação de corregedoria no Executivo

Presidente do Senado considera “oportuna” a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso para apurar denúncias de corrupção, e saúda a escolha de Anadir Mendonça Rodrigues para o novo cargo



As atividades econômicas do projeto não devem agredir o ecossistema

Pantanal terá desenvolvimento sustentável

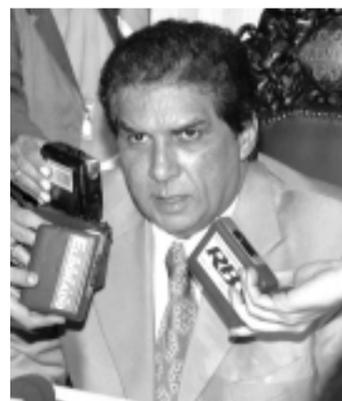
O Plenário do Senado deve votar hoje projeto que autoriza a União a tomar empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Mato-Grossense. Os recursos serão usados em atividades econômicas que não agredam o ecossistema.

PÁGINAS 3 E 4

Congresso faz reunião com 41 MPs na pauta

PÁGINA 3

O presidente do Senado, Jader Barbalho, considerou “oportuna” a decisão do presidente da República de criar a Corregedoria-Geral do Executivo para apurar denúncias de corrupção no governo. O senador também elogiou a nomeação de Anadir Mendonça Rodrigues para o cargo. “Foi uma feliz escolha e uma homenagem às mulheres do Brasil apontar uma mulher para exercer cargo de fiscalização da maior importância para a sociedade”, afirmou.



Jader vê “homenagem às mulheres do Brasil” na escolha de Anadir Mendonça Rodrigues

Para Jader, com a criação da corregedoria, “a sociedade poderá procurar, a todo momento, num único lugar, com uma única pessoa, o acompanhamento de um fato de seu interesse”.

PÁGINA 2

Fraga avalia política econômica na CMO

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, avalia amanhã, na Comissão Mista de Orçamento, o impacto e os custos fiscais das políticas monetária, creditícia e cambial implementadas pelo governo no ano passado. Trata-se da primeira audiência pública conjunta da CMO com a participação das comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado e de três comissões da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5

CAE APRECIA NOVAS NORMAS PARA AUMENTO DE CAPITAL DE ESTATAIS

PÁGINA 5



Edison Lobão

Edison Lobão apóia fabricação de coquetel contra Aids no Brasil

PÁGINA 8

CRE VOLTA A DISCUTIR RESTRIÇÕES AO PORTE DE ARMAS DE FOGO

PÁGINA 3



Osmar Dias

Osmar critica EUA por não apoiarem protocolo de Kyoto

PÁGINA 8

COMISSÃO COMEÇA A TRATAR DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CANADÁ

PÁGINA 3



Iris Rezende

Iris sugere promoção da carne brasileira no mercado externo

PÁGINA 4



Dirigentes do Santos serão ouvidos hoje pela CPI

PÁGINA 5

Jader considera oportuna criação de corregedoria no Executivo

Na opinião do presidente do Senado, a indicação de Anadir Mendonça Rodrigues para o novo cargo "foi uma feliz escolha"

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que considerou oportuna a decisão do presidente da República de criar a Corregedoria Geral do Executivo para apurar denúncias de corrupção no governo. Para Jader, o presidente cumpriu uma obrigação, vindo a público para esclarecer a sociedade sobre as providências adotadas, e, ao mesmo tempo, exerceu um direito, agindo politicamente em defesa de sua administração.

O senador elogiou a escolha de Anadir Mendonça Rodrigues para o cargo.

— Foi uma feliz escolha e uma homenagem às mulheres do Brasil apontar uma mulher para exercer cargo de fiscalização da maior importância para a sociedade — afirmou.



Jader Barbalho diz que FHC cumpriu uma obrigação e, ao mesmo tempo, exerceu um direito

Jader assinalou que o caso do Banpará "está prestes a ser definitivamente esclarecido, no âmbito do poder que efetivamente deve fazê-lo, que é o Ministério Público do meu estado", e concordou que a grande maioria das denúncias na verdade já estava sendo investigada e que o Executivo estava tomando as medi-

das necessárias para a apuração.

O senador acredita que a corregedoria será "um instituto de coordenação fundamental", evitando que o acompanhamento de um fato fique disperso entre várias instâncias: "A sociedade poderá procurar, a todo momento, num único lugar, com uma única pessoa, o acompanhamento de um fato de seu interesse".

O presidente do Senado não concorda com a interpretação de que o objetivo da decisão seja responder à atuação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA):

— Não creio que seja essa a finalidade do presidente da República. Ele cumpriu o dever de esclarecer e, ao mesmo tempo, exerceu um direito, dando sua versão à sociedade — concluiu.

Presidente do Senado quer urgência para correção de tabelas do IR

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que vai conversar com o presidente da Câmara, Aécio Neves, e as lideranças partidárias daquela Casa, no sentido de que seja concedida tramitação urgente ao projeto que corrige as tabelas do Imposto de Renda.

— Acho fundamental que a Câmara dê tratamento de urgência a esse projeto, que faz justiça fiscal e tributária e é do maior interesse dos assalariados. Não é justo que o Executivo corrija o que cobra e deixe as tabelas sem correção desde janeiro de 1996, penalizando a maior parte dos que contribuem para o Imposto de Renda — afirmou.

O senador vai pedir todo o empenho para a aprovação do projeto à liderança do PMDB na Câmara, e está certo de que as lideranças do governo não se oporão à proposta.

— As lideranças do governo se

convencerão de que o projeto deve ser aprovado. O Estado é um instrumento da sociedade e não pode ser usado em desfavor do contribuinte — ressaltou.

Jader defendeu também a aprovação do projeto que institui o financiamento público das campanhas, que consta da Ordem do Dia do Senado desta semana, e esclareceu que a proposta poderá ser adotada em 2002, se aprovada até setembro. Segundo ele, a medida contribuirá para gerar uma situação de equilíbrio entre os partidos, evitando o abuso do poder econômico. Ficar contra o financiamento público, observou, é adotar "postura farisaica":

— É melhor gastar o dinheiro público com as campanhas do que ter os políticos procurando empreiteiros. É necessário dar aos partidos independência para realizar suas campanhas — afirmou.

Oposição indica Marina Silva para CPI das ONGs

A senadora Marina Silva (PT-AC) foi indicada pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para integrar como titular a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que está investigando denúncias de atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs). Os demais senadores do Bloco na CPI são Tião Viana (PT-AC) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

A CPI das ONGs, instalada na semana passada, tem como presidente o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), vice-presidente o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), e relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Os trabalhos da comissão deverão durar 180 dias, podendo ser prorrogados por outros 180.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

11h — Recebe Daniel Gazit, embaixador de Israel
11h30 — Recebe o ministro Humberto Souto, presidente do TCU
12h — Recebe o embaixador da Rússia, Vassili Gromov

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 8/01, autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 92,4 milhões de euros, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal — 1ª Fase; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, altera o alínea "L" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); e discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 206/95, que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na Caixa Econômica Federal, entre outros itens.
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 7/96; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99; entre outros itens.
Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99, referente às guardas municipais, entre outros itens.
Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLC nº 11/00, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: PLS nº 165/00, que denomina Sylvia Botelho trecho da Rodovia BR-174, e PLC nº 91/00, que dispõe sobre o forma e a apresentação dos símbolos nacionais, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol
Pauta: depoimento dos presidentes da comissão de sindicância do Santos Futebol Clube, Leão Vidal Sion, e da comissão de estatuto do mesmo clube, Mário Melo Soares. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

Após a Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: eleição do presidente e do relator de subcomissão permanente destinada a analisar acidentes que acarretam danos ao meio ambiente. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional
Pauta: PLS nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de relatórios favoráveis à aprovação das contas do presidente da República dos anos de 1995 e 1999. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

Quarta-feira
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS nº 50/00, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS nº 23/00, altera a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento do presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Regatas Vasco da Gama, Antônio Gomes da Costa, e do vice-presidente do clube, Amadeu Pinto da Rocha. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão Mista do Código Florestal
Pauta: eleição do vice-presidente e votação do novo parecer do relator da MP nº 2.080, que propõe mudanças no Código Florestal e na legislação relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

14h30 — Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado; e de Finanças e Tributação, Economia Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados
Pauta: exposição do presidente do Banco Central, Arminio Fraga, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.091-18. Altera dispositivos da Lei nº 8.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

Após a Ordem do Dia — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado
Pauta: definição dos próximos passos no processo que investiga se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

18h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: Diversos nº 35/96, encaminha ao presidente do Senado o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 1995, entre outros itens. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 4

Quinta-feira
10h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento do ex-presidente de Finanças do Clube de Regatas do Flamengo e da contador do clube, Maria Ângela Alves Luz. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: debate com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário examina empréstimo para o Pantanal

Operação prevê repasse de US\$ 82,5 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento a municípios da Bacia do Rio Paraguai. Também na pauta de hoje, isenção fiscal para cadernos escolares e nova destinação a recursos do FAT

Congresso examina hoje medidas provisórias

O Congresso Nacional se reúne hoje, a partir das 19h, com uma pauta que prevê a votação de 41 medidas provisórias (MPs). Entre elas, propostas com 64 reedições, como a que estabelece mecanismos de incentivos à redução do setor público estadual no sistema financeiro.

Da pauta, constam praticamente todas as medidas praticando no Congresso — a exceção é a que fixou o novo salário mínimo, editada semana passada. Isso ocorre porque não houve acordo entre governo e oposição para definir a pauta de votações.

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), já adiantou que adotará a estratégia regimental da obstrução. Os opositoristas garantem que só votarão novas MPs quando for votada a proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. A PEC já foi aprovada no Senado e tramita na Câmara.

Um das MPs que podem ser votadas, e que já constou da pauta da semana passada, é a que permite renegociar as dívidas dos municípios com a União em moldes semelhantes aos praticados pelos governos estaduais em 1997. A proposta fixa critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária dos municípios.

De acordo com o texto que explica a MP, apenas 27% do endividamento municipal está sendo pago normalmente. O restante sendo sendo rolado sistematicamente.

— É irrealista supor que venham eles a resgatar no prazo suas dívidas. O refinanciamento por um prazo mais longo, seguindo o modelo adotado pelos estados, tornará possível a garantia de pagamentos futuros — afirma o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Como condição para o refinanciamento, o Executivo exige que os municípios não emitam novos títulos antes de quitarem as dívidas, não contraiam novos empréstimos ou financiamento externo.

O Plenário do Senado vota hoje projeto de resolução que autoriza a União a tomar empréstimo de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Mato-Grossense. Os recursos serão usados para investimentos em infra-estrutura com o objetivo de desenvolver atividades econômicas que não agridam o ecossistema.

O projeto tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde Lúdio Coelho (PSDB-MS) o relatou. Segundo o relator, os municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul banhados

pela Bacia do Rio Paraguai serão beneficiados, permitindo poupar recursos estaduais para as demais cidades dos dois estados. Caso seja aprovado, o projeto segue para promulgação.

Os senadores iniciam na mesma sessão a discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que proíbe a cobrança de imposto sobre o papel usado para a confecção de cadernos escolares. A proposta é do senador Sebastião



Lúdio apresentou parecer favorável à contratação do empréstimo pela União

Rocha (PDT-AP) e conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

Em turno suplementar, o Plenário aprecia substitutivo do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) ao projeto do ex-senador Humberto Lucena que determina que R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seja depositado na Caixa Econômica Federal (CEF), em

conta especial remunerada, para imediata movimentação. Do total, o projeto destina R\$ 700 milhões ao financiamento de pequenas e microempresas que atuem na produção, comércio e prestação de serviços. Os 30% restantes devem ser investidos em empréstimos para aquisição de automóveis para o transporte autônomo de passageiros, em cidades de mais de 50 mil habitantes.

Os senadores também votarão cinco projetos de decreto legislativo, já aprovados pela Câmara, de concessões e permissões para a operação de serviços de radiodifusão no Distrito Federal, no Paraná e em São Paulo.

CRE retoma o debate sobre restrições a porte de armas

O último item da pauta de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), marcada para depois da Ordem do Dia, deverá ser o assunto mais polêmico da reunião. É o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) aos projetos que preten-



Pedro Piva defende o porte de arma para policiais e seguranças

dem regular a fabricação, o depósito, o transporte e o porte de armas de fogo em território nacional.

O relator adota uma das propostas e recomenda o arquivamento das outras duas. Piva não proíbe o porte total das armas, estabelecendo que profissionais como policiais e seguranças possam manter suas armas para trabalhar. A votação da matéria já foi adiada diversas vezes em função das diferentes posições dos senadores sobre o tema.

A comissão, presidida por Jefferson Péres (PDT-AM), também deve avaliar requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) pela criação de subcomissão permanente de

comércio exterior para acompanhar e promover debates sobre os efeitos do possível ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Outro requerimento, este de Tião Viana (PT-AC), propõe que o Senado apresente voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão contra a forma como são tratadas as mulheres naquele país. Ele defende a condenação formal do "flagrante desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações em decorrência do regime Taliban". O relator, Lúdio Coelho (PSDB-MS), apresentou parecer contrário.

A CRE examinará ainda três projetos de decreto legislativo, todos com parecer favorável. Um aprova texto de acordo sobre transportes aéreos entre o Brasil e o Chile. Os outros dois aprovam acordos de cooperação educacional e cultural com a Bolívia.

CI constitui subcomissão que analisará danos ambientais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em reunião marcada para as 18h, elege hoje o presidente e o relator da subcomissão destinada a analisar acidentes que acarretam danos ao meio ambiente. Os acidentes causados recentemente pela Petrobras são a principal motivação da iniciativa.

A CI analisará mais nove itens, um deles relacionado com a mesma questão: o agendamento de nova audiência com o presidente da Petrobras e dirigentes da Agência Nacional do Petróleo, da Federação Única dos Petroleiros e da Associação dos Engenheiros da Petrobras. O objetivo é continuar o debate, iniciado semana passada, a respeito das causas do acidente ocorrido com a plataforma de petróleo P-36.

Também devem ser votados três requerimentos para realizar audiências públicas com ministros de Estado. Um deles, do senador Ricardo



Santos quer ouvir ministro dos Transportes sobre reestruturação da pasta

Santos (PSDB-ES), solicita a presença do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para tratar do projeto de reestruturação da pasta. Heloísa Helena (PT-AL) quer conhecer a posição do novo ministro de Minas e Energia, José Jorge, sobre temas relacionados com a política nacional de energia.

Já Nabor Júnior (PMDB-AC) pretende ouvir as explicações do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, sobre a intenção do governo de extinguir a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Constam ainda da pauta da reunião três projetos terminativos. Um institui a política nacional de recursos hídricos, outro altera a lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e um terceiro dispõe sobre a construção de rampas e corredores de acesso para portadores de deficiência.

Comissão Brasil-Canadá começa a funcionar

Será realizada hoje a primeira reunião da comissão temporária criada para acompanhar as relações bilaterais entre Brasil e Canadá. Presidido pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), o colegiado deve funcionar por 24 meses, período em que o Brasil estará sujeito a sanções impetradas pelo Canadá junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além de definir a agenda de tra-

balho, a comissão deve expedir ofícios aos ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a fim de que indiquem representantes para acompanhar suas atividades. Está prevista ainda a realização de uma audiência pública sobre a disputa comercial na área de aviação entre a Embraer e a empresa canadense Bombardier, o que teria mo-

tivado, inclusive, a decisão do Canadá de suspender, meses atrás, a importação de carne brasileira sob alegação de problemas sanitários.

A proposta de criação da comissão foi apresentada por Freire no final de 2000, logo após o Brasil ter sido punido pela OMC, que acatou denúncia do Canadá sobre a suposta concessão de subsídio governamental à Embraer.



O senador Roberto Freire propôs a comissão, que realizará hoje a sua primeira reunião

Antero elogia projeto de preservação do Pantanal

Ele também pede mais atenção para pecuaristas da região. "Precisamos reverter a tendência de diminuição do rebanho bovino", diz senador

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) expressou satisfação com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Mato-Grossense, que em sua primeira fase deverá receber US\$ 82,5 milhões, a serem obtidos mediante empréstimo que será votado hoje. Os recursos serão divididos igualmente entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para ações de saneamento e defesa do meio ambiente destinadas a preservar a região.

Antero pediu que o pecuarista do Pantanal não seja esquecido. Segundo ele, o boi é um elemento imprescindível na preservação do ecossistema, atuando como verdadeiro bombeiro da região. Sem o boi, afirmou, os incêndios seriam

constantes e impossíveis de combater. E explicou: o Pantanal caracteriza-se por grande formação de massa seca de fácil combustão, e o boi é necessário para comê-la.

Para revitalizar a pecuária pantaneira, Antero reivindica juros mais baixos para os pecuaristas (entre 4 e 7% ao ano) com bônus de adimplência de 25% do valor do empréstimo.

— Precisamos reverter a tendência de diminuição do rebanho bovino, que somava 992 mil em 1975 e apenas 673 mil no ano 2000. Por



Antero de Barros disse que o boi funciona como fator de prevenção de incêndios

isso, apresentei uma emenda com essas modificações no Fundo do Centro Oeste (FCO) — esclareceu.

Em aparte, Jonas Pinheiro (PFL-MT) comparou a pobreza do Pantanal com a da região semi-árida do Nordeste.

— Por esse motivo, propus a extensão dos juros menores previstos para pecuaristas nordestinos àquelas da região do Pantanal — disse.

Ramez Tebet (PMDB-MS) diz que a defesa do meio ambiente do Pantanal permitirá melhorar a condição do homem que lá trabalha.

Jonas teme mudanças em estudos na CVM sobre parceria pecuária

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) externou ontem preocupação com a continuidade dos investimentos conhecidos como "parceria pecuária", diante do mal-estar provocado pelos estudos sobre mudanças no setor divulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na parceria rural, o investidor aplica o dinheiro na criação de bovinos e suínos por meio de empresas especializadas. A mais conhe-



Jonas Pinheiro ressaltou o bom desempenho de três empresas em atividade nessa área

cida é a Fazendas Reunidas Boi Gordo.

Lembrando que hoje há três dessas empresas funcionando de acordo com as normas da CVM, para tornar o mercado desses ativos mais seguro, Jonas Pinheiro disse que, apesar do bom desempenho dos grupos em atividade,

a CVM fez circular pela Internet minutas de resoluções com mudanças significativas nas regras de aplicação. Em sua opinião, isso levou

muitos analistas a acreditar que adaptação às novas normas não poderia se dar de forma tranquila.

— O Congresso tem de reagir, e não deixar que palavras afoitas ou malcolocadas impeçam a continuidade de uma boa idéia — disse Jonas, que hoje se reúne com diretores da CVM para discutir o assunto.

Em aparte, Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou ter a impressão de que pretendem prejudicar a parceria pecuária e que o quadro não seria o mesmo se se tratasse de um investimento puramente financeiro. Iris Rezende (PMDB-GO) apoiou Jonas Pinheiro e disse acreditar que "tudo não passa de um equívoco".

Novos cargos de defensor público permitirão melhorar atendimento a carentes, diz Lobão

A sanção pelo presidente da República de lei que cria 70 cargos de defensor público da União de 2ª categoria foi comemorada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele disse que os cargos serão preenchidos mediante concurso de provas e títulos. E acrescentou que o defensor representa, em nosso país, "mais uma bandeira democrática".

— É a conquista da igualdade de oportunidades na execução das leis. A mulher e o homem carente,

vítimas de abusos ou de injustiças, são massacrados pelo poder econômico ou pela prepotência quando não têm condições financeiras para buscar seus direitos por meio de um advogado — afirmou.

Lobão lembrou que a Constituição garante que o Estado tem o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, bem como conceitua a Defensoria Pública como "instituição essencial

al à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

Segundo ele, embora tenha essa importância, a Defensoria Pública ainda mantém caráter emergencial e provisório. Ele informou que há atualmente menos de 30 advogados no quadro da Defensoria Pública da União, número insuficiente, em sua opinião, para zelar pelos interesses das pessoas carentes.

Iris vê perspectivas inéditas para exportações de carne

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que o Brasil tem uma oportunidade histórica de se afirmar como o grande produtor mundial de carne, tanto bovina quanto ovina e de frango. Segundo ele, a tentativa do Canadá de sabotar a carne brasileira como retaliação contra a Embraer acabou servindo para dar um atestado de excelência à produção agropecuária do país.

— O Brasil tem uma chance única de abrir de uma vez por todas os mercados internacionais para a nossa carne, adotar uma política agressiva, publicitária e diplomática e preparar um projeto de desenvolvimento da pecuária nacional que nos permita realmente abastecer o mercado brasileiro e conquistar os principais mercados do mundo — disse Iris.

O senador lamentou, no entanto, a situação dramática em que



Iris: "O Brasil tem uma chance única de abrir os mercados para nossa carne"

vive a agricultura brasileira.

— Os produtores de grãos e os pecuaristas estão em posição difícil. Até existe crédito, mas os juros são insuportáveis, e um pecuarista só pode sobreviver se adotar um programa de cruzamento industrial, porque a criação de gado leiteiro ou de abate, puro e simples, é ato de heroísmo — afirmou.

Iris lembrou que todos os insumos necessários à pecuária subiram muito de preço nos últimos cinco anos, mas a carne e o leite estão com preços estáveis. Ele acrescentou que, antes, 80% da população brasileira vivia no campo. Hoje, a proporção se inverteu.

— E essa mudança trouxe um enorme preconceito contra o produtor rural, que é chamado de forma pejorativa de "coronel", como se fosse um retrógrado — completou.

ACM considera "louvável" a criação de corregedoria

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou "louvável" a decisão do presidente Fernando Henrique de criar a Corregedoria Geral da União, para receber e acompanhar a apuração de denúncias de corrupção. Mas observou que o "pacote" contra a corrupção

só foi anunciado porque ele e parte da imprensa fizeram nos últimos meses dezenas de denúncias.

— Não se pode dizer que a CPI da corrupção está sepultada. Aliás, o objetivo do pacote é exatamente o de tentar sepultar a CPI. Também não sei se a corregedoria resolverá o problema, mas precisamos acreditar. Foi dado um passo. Temos de ver se vai funcionar ou se foi uma malandragem — prosseguiu.

Sustentando que o presidente "deveria ter mais humildade" e admitir que só tomou as medidas anticorrupção por causa do clima criado por suas denúncias, o senador manifestou-se favorável ao plano, anunciado pelo presidente, de

punir com rigor denúncias caluniosas.

O senador contestou a afirmação do presidente de que as investigações do governo começaram antes das denúncias dos últimos meses. "O presidente, se quiser, pode divulgar três cartas que enviei a ele, há muito tempo, abordando o

problema. Para duas, ele deu resposta. Na terceira, me chamou ao Planalto", afirmou.

Lembrando que foi ele o primeiro a tratar publicamente do problema, Antonio Carlos disse que as irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) — que já estão em R\$ 376 milhões e podem chegar a R\$ 1 bilhão — devem ser investigadas "até as últimas conseqüências".

Para ele, se Fernando Henrique tivesse tomado providências "há mais tempo", a situação não teria se agravado e 89% das pessoas entrevistadas "não diriam que há necessidade da CPI da corrupção", como mostrou pesquisa do Datafolha.



Antonio Carlos Magalhães: "O objetivo do pacote é tentar sepultar a CPI"

Armínio Fraga faz balanço da política econômica

Presidente do Banco Central comparece amanhã à Comissão Mista de Orçamento, na primeira audiência pública conjunta com a participação da CAE, da CFC e de três comissões da Câmara dos Deputados

CE examina projeto sobre forma e apresentação de símbolos nacionais

A obrigatoriedade de hasteamento da Bandeira Nacional em todos os prédios de repartições públicas é proposta em projeto da Câmara que trata da forma e apresentação dos símbolos nacionais e que será apreciado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação. O relator



Rocha vai sugerir que o projeto seja apreciado pela CC

da proposta, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), deverá apresentar parecer propondo que a matéria vá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Autor do projeto, o deputado Ursicino Queiroz o justificou afirmando que, no momento histórico vivido pelo Brasil, o povo volta a demonstrar orgulho por ter uma moeda forte e por fazer parte de

um Estado que se projeta internacionalmente liderando o Mercosul. Daí por que esse povo precisa ter mais junto de si os símbolos que representam o ideário da soberania, sustentou.

A Comissão de Educação também deverá examinar, em caráter terminativo, projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que denomina Sylvio Botelho trecho da rodovia BR-174. Estão ainda na pauta o projeto que denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e o que denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho da BR-230 entre Cajazeiras e João Pessoa (PB).

Comissão ouve dirigentes do Santos e aguarda documentos de federações

O presidente do conselho de sindicância do Santos, Leão Vidal Sion, e o presidente da comissão de estatutos do clube, Mário Mello Soares, deverão ser ouvidos hoje à tarde pela comissão parlamentar de inquérito que apura irregularidades no futebol. O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), pretende apurar as denúncias de irregularidades no Santos durante a gestão do ex-presidente Samir Abdul-hak.

O relator informou que os integrantes da CPI estão na expectativa de, ainda nesta semana, terem acesso às demonstrações financeiras completas e ao livro com os registros da contabilidade — relativos ao período de 1995 a 2000 — da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das Federações de Futebol do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

A CPI pretende esclarecer suspeitas de irregularidades que teriam ocorrido nessas entidades. Há vári-



as denúncias sobre desvio de renda de jogos com a participação ou convivência de funcionários e dirigentes das federações, irregularidades administrativas e participação irregular das federações nas receitas dos clubes. A CPI também requereu uma cópia do contrato de patrocínio firmado pela Federação Paulista de Futebol com o Banco VR, pelo qual a instituição paga R\$ 41 milhões anuais pelos direitos sobre o Campeonato Paulista de Futebol.

Outra suspeita de irregularidade que a CPI deve começar a investigar nesta semana é a compra do jogador iugoslavo Petkovic pelo Flamengo do Venezia, da Itália. Althoff quer acesso à documentação da operação, porque o Flamengo pagou US\$ 6,5 milhões, mas o Venezia recebeu apenas US\$ 4,5 milhões.

O presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva, argumenta que pagou US\$ 2 milhões pela intermediação do negócio a uma empresa chamada *Lake Blue*, que tem sede em um paraíso fiscal do Caribe.



Althoff espera documentos de federações

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, comparece à Comissão Mista de Orçamento amanhã, às 14h30, para avaliar o impacto e os custos fiscais das políticas monetária, creditícia e cambial implementadas pelo governo no ano 2000. Trata-se da primeira reunião de audiência pública conjunta convocada pelo presidente da CMO, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), com a participação das Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado e das Comissões de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados.

Na quinta-feira, às 10h, a CMO debate com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, o crescimento da dívida pública e os gastos da União com o pagamento de juros. A reunião é a primeira da Jornada de Debates sobre a Dívida Pública Brasileira, por meio da



Luiz Pontes dá parecer sobre metas fiscais

qual Goldman pretende convidar especialistas e técnicos do governo para tratar de assuntos polêmicos, como aumento da carga tributária, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), política cambial, gastos com juros.

Antes dessas duas audiências públicas, a CMO realiza outra reunião, hoje, às 18h, para apreciar dois relatórios favoráveis à aprovação das contas do presidente da República relativas aos anos de 1995 e 1999. Os relatórios foram apresentados, respectivamente, pelo deputado João Leão (PSDB-BA) e pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

METAS FISCAIS

A pauta da CMO inclui ainda a apreciação de três mensagens enviadas pelo Ministério da Fazenda com avaliações das metas fiscais referentes ao ano de 1999 e respectiva metodologia. Para as três mensagens, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou relatório global em que registra que a meta de

superávit primário (diferença entre receitas e despesas não-financeiras) prevista no Orçamento da União para 1999 — de R\$ 16,3 bilhões — “foi cumprida com folga”.

Para o senador, o superávit primário de fato atingido — de R\$ 21,5 bilhões, correspondente a 2,13% do Produto Interno Bruto (PIB) — leva ao questionamento da sustentabilidade do ajuste fiscal. Segundo Pontes, “há forte pressão de setores importantes da sociedade pela redução da carga tributária, particularmente dos tributos cumulativos, e pela expansão das despesas de pessoal e de benefícios, efeito que se sentirá diretamente com um reajuste mais vigoroso do salário mínimo”. Essas pressões comprometeriam o ajuste fiscal, porque, na opinião do senador, ele é baseado em aumento de receitas transitórias, como as provenientes de concessões, ou “muito distorcidas”, como seria o caso das alíquotas da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

CAE vota normas sobre aumento de capital de estatais

Na manhã de hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota dez matérias, entre as quais projeto que estabeleça a necessidade de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para qualquer aumento de capital em empresas públicas ou sociedades de economia mista sob controle da União. O parecer do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), é favorável à aprovação da matéria, que objetiva estimular essas empresas a se tornarem mais eficientes.

A CAE vota ainda o projeto de lei que cria uma zona de livre comércio no município de Oiapoque, no Amapá. O relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer contrário à aprovação do projeto, de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A decisão sobre a matéria será terminativa — ou seja, terá caráter definitivo, a menos que haja recurso para sua votação em Plenário.

Também recebeu relatório pela rejeição o projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que estabelece normas para investimentos públicos em habitação. Tramitando igualmente em caráter terminativo, o projeto propõe que 60% dos recur-

sos orçamentários da União para programas habitacionais sejam investidos em municípios fora de regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos. Para o relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), outros critérios, como déficit habitacional, devem ser utilizados na distribuição “dos escassos recursos destinados à habitação”.

Entre os dez itens da pauta, está ainda mensagem do governo solicitando ao Senado autorização para que 80% da dívida de US\$ 27,9 milhões da Costa do Marfim com o Brasil seja perdoada. A mensagem pede que o pagamento do restante, de US\$ 5,58 milhões, seja reescalado em 23 anos. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável à operação.

Outra mensagem do governo a ser apreciada pelos senadores da CAE encaminha relatório sobre a operação de troca de títulos da dívida externa, realizada em 2000 pelo Banco Central. O relator, José Fogaça, propõe que a matéria seja arquivada, já que a operação — que trocou



Bello Parga é favorável à aprovação

papéis do tipo Brady por outros do tipo Global — foi favorável ao país, reduzindo o estoque da dívida administrada pelo Tesouro em US\$ 243 milhões.

A comissão deverá votar também o projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que determina a publicação trimestral, na Internet, dos balanços dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. O parecer do relator, Gilberto Mestrinho, é favorável.

Está ainda na pauta da comissão, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto que exclui da indenização de desapropriação de terras para reforma agrária as benfeitorias realizadas com recursos públicos em imóveis rurais. O relatório, apresentado pelo senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), é favorável à matéria, já aprovada na Câmara. Também já aprovado pela Câmara é o projeto que determina que os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos de safra e planos plurianuais, com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Moreira exalta trabalho do grupo de teatro Êxodo

Atores encenam há 20 anos o espetáculo *O Homem de Nazaré*, com duas horas de duração, na cidade cenográfica Jerusalém da Amazônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) destacou ontem o trabalho do grupo de teatro Êxodo, de Rondônia, que classificou como o mais representativo do estado. O senador informou que o grupo, criado em 1985, e que encena há 20 anos a peça *O Homem de Nazaré* na cidade cenográfica Jerusalém da Amazônia, recebeu apoio da Rede Amazônica de Televisão, que transmitirá, via satélite, a encenação da peça nos próximos dias 24, 25 e 26 de maio.

— Com divulgação pela televisão, via satélite, a expectativa é de se multiplicar o número de espectadores, que poderá atingir muitos milhares em todo o mundo.

Moreira Mendes citou o diretor do grupo Êxodo, José Monteiro, para quem a divulgação do trabalho para o mundo é “a coroação de duas décadas de crença, esperança, luta e dedicação extremada de uma equipe que jamais baixou a cabeça, mesmo nos momentos mais críticos”.

O espetáculo, informou o senador, tem duas horas de duração e conta com a participação de 200 atores e 50 técnicos, além de utilizar-se de efeitos



Moreira Mendes prestou homenagem ao diretor do grupo Êxodo, José Monteiro

especiais, iluminação, trilha sonora, figurino e composição cenográfica em nível profissional. O espetáculo recebeu uma moção de aplauso da Assembleia Legislativa estadual e foi incluído no calendário de turismo (Roteiro da Fé) da Embratur como o segundo do país e do mun-

do no gênero, além da inscrição no *Guia Quatro Rodas*. O senador parabenizou Rondônia por preservar sua tradição e sua memória através da arte e da cultura.

Jucá defende a instalação de agência do Iphan em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) enviou ofício ao presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Carlos Henrique Heck, solicitando a instalação de uma unidade especial desse órgão no estado de Roraima. O senador justificou seu pedido pelo fato de o estado ser proprietário de “valioso acervo histórico natural” e necessitar de um apoio técnico para conservar esse patrimônio.

Jucá defende que, em virtude das deficiências existentes no campo da metodologia de identificação, de controle e de fiscalização dessas áreas, o governo deve definir uma po-

lítica de preservação urgente. O senador informou que cerca de 63% do estado de Roraima são ocupados pela floresta amazônica e que a aceleração no fluxo migratório vem dilapidando essa reserva histórica.

Apesar de ser o estado menos populoso do Brasil, observou, a população de Roraima passou, de 1980 para 1999, de 79,4 mil habitantes para 266,9 mil, e isso alterou significativamente o nível das tradições locais, tornando a infraestrutura regional mais precária ainda. De acordo com o senador, esse impacto negativo se fez sentir também na conservação do seu patrimônio histórico natural.



Jucá afirma que Roraima tem “valioso acervo histórico natural” e precisa de apoio para conservá-lo

Romero Jucá acrescentou que as extensas jazidas de ouro, cassiterita e pedras preciosas têm despertado o garimpo clandestino, “altamente predatório do ecossistema”. O senador esclareceu que o incêndio, em 1998, que tomou conta de 15% da cobertura vegetal do estado, é o resultado dessas ocupações descontroladas.

Senado expõe pôsteres de Salgado sobre as migrações

O Senado promoverá no período de 5 de abril a 6 de maio, no Salão Negro do Congresso Nacional, a exposição *Pôsteres do Êxodo*, do fotógrafo Sebastião Salgado. A mostra inclui 60 pôsteres sobre o tema “Imagens das grandes migrações do mundo” e estará aberta ao público diariamente, das 9 às 18 horas, com entrada franca. A abertura, somente para convidados, ocorrerá amanhã, às 18h30, no Salão Negro.

Natural de Aimorés (MG), Sebastião Salgado é fotógrafo desde 1973. Reconhecido internacionalmente, ele recebeu quase todos os princi-

pais prêmios de fotografia do mundo, como reconhecimento pelo seu trabalho. Em 1994 fundou sua própria agência de notícias, a *Imagens da Amazônia*, que representa o fotógrafo e o seu trabalho. Salgado mora atualmente em Paris.

O projeto *Êxodos* foi iniciado por Sebastião Salgado em 1993, quando ele decidiu retratar a saga da reorganização da família humana no final do século. Salgado trabalhou entre esses migrantes na estrada, em campos de refugiados e em favelas. Além dos pôsteres, também será realizada uma outra exposição do fotógrafo

Órfão da região sul de Bihar, na Índia, um dos pôsteres de Salgado



em Brasília, no período de 5 de abril a 10 de junho, no Espaço Cultural Contemporâneo Venâncio. Integram a mostra 350 fotografias sobre o tema das grandes migrações do mundo.

Na TV Senado, o Poder Judiciário de Portugal

O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, é o convidado do programa *Entrevista* que a TV Senado apresenta hoje às 9h30. Ele fala da troca de experiência entre Brasil e Portugal no campo do Judiciário.

Já o programa *Cidadania* discute a discriminação racial no país. A assessora da ONU para questões raciais, Luiza Bairros, e o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Martins, afirmam que o racismo está presente no Brasil, embora ocor-

ra de maneira velada. *Cidadania* vai ao ar à 1h e às 6h.

Às 10h a TV Senado exibe a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que examinará uma pauta de 11 itens. Logo depois, se houver tempo antes da sessão plenária das 14h30, será transmitida a reunião da Comissão de Educação, marcada para as 11h30.

A partir das 19h, estará sendo realizada sessão conjunta do Congresso Nacional para votação de medidas provisórias, que será transmitida pela TV Senado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Roberto Martins, presidente do Ipea, e Luiza Bairros, da ONU, falam sobre a discriminação racial
7h30 — *Entrevista* — O senador Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Diabetes — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Ceará
9h30 — *Entrevista* — O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, fala sobre as experiências judiciais Brasil x Portugal
10h — Comissão de Assuntos Econômicos — Votação de onze itens. Entre eles, o que trata do valor das benfeitorias pagas a terras desapropriadas para fins de reforma agrária (vivo)
Logo após — Comissão de Educação — Votação de 10 projetos
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Após Ordem — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida — *A Voz do Brasil*
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite: B1
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação: ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Requião: 70% dos brasileiros tocam trombone da rejeição a FHC

Senador apresenta números que, segundo ele, indicam retrocesso nos indicadores sociais e culpa a rigidez cambial dos primeiros anos do governo

Citado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso como um "trombone isolado" nas críticas às ações do governo federal, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) fez ontem extensa análise dos seis anos de mandato tucano e salientou que menos de um terço da população – conforme as últimas pesquisas – dá apoio ao presidente.

– Com 70% dos brasileiros, toco o trombone da rejeição à política econômica, que desemprega, que arrocha os salários, que destrói a empresa nacional, que empobrece a agricultura, que desbarata o patrimônio público, que faz aumentar a



Requião: mais 3,1 milhões passaram a não ter renda

concentração de renda e alargar os terríveis círculos da pobreza – resumiu o senador, que discursou levando na lapela um trombone estilizado como broche.

Requião apresentou números que indicariam retrocesso nos indicadores sociais, ao contrário do que apregoa o governo. De acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), relativo aos primeiros quatro anos (1995-98) de governo Fernando Henrique, mais 3,1 milhões de brasileiros passaram a não ter renda suficiente para comer, vestir-se e cuidar da saúde e da educação.

– Os efeitos das políticas econômica e social vigentes remeteram para abaixo da linha da pobreza mais 3 milhões de almas, a somarem-se ao contingente de 54 milhões de pessoas, ou 35% da nossa população, que FHC já encontrou além dos limites da miséria e que seu governo nada fez para promovê-las a seres humanos – criticou Requião.

A razão do fracasso econômico e social do governo Fernando Henrique reside, para o senador, em boa parte, na rigidez cambial dos primeiros cinco anos de mandato. Como resultado, sustenta Requião, além da estagnação econômica e o terceiro maior índice de desemprego do mundo, adveio uma queda de mais de 7% na renda média do brasileiro.

Álvaro Dias condena a privatização da Copel

O empenho do governo do estado do Paraná em privatizar a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) foi questionado ontem pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), ao revelar que a empresa é considerada um modelo no setor, com um lucro de R\$ 430,6



Álvaro Dias: Copel é lucrativa, moderna, enxuta e eficiente

milhões no ano passado. "A Copel não apenas é uma empresa lucrativa, mas também é moderna, enxuta e eficiente", afirmou.

Álvaro Dias informou que a Copel tem 6.148 empregados, um ativo de R\$ 8 bilhões contra uma dívida total de R\$ 1,4 bilhão e um parque gerador composto por 18 usinas com 6,7 mil quilômetros de linhas de transmissão, e atende a 2,8 milhões de consumidores. Além disso, suas vendas de megawatt-hora por empregado dobraram entre 1994 e 2000.

Álvaro acusou o governo paranaense de utilizar-se de subterfúgio, afirmando que vai vendê-la por uma imposição do governo federal. Segundo o senador, esse argumento não é verdadeiro, uma vez que a lei inclui empresas elé-

tricas como a Copel na lista das instituições que "poderão ser objeto de desestatização", não havendo, portanto, obrigatoriedade de venda. No seu entender, prova disso é a empresa mineira de energia elétrica (Cemig), de situação semelhante à da Copel, que certamente não será privatizada na gestão atual. Se existe alguma obrigatoriedade, acrescentou o senador, é a de descentralizar as atividades de geração, transmissão e distribuição, exigência constante dos contratos de concessão assinados pelas empresas do setor com a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Álvaro Dias afirmou que os mais prejudicados após a privatização serão os consumidores de baixa renda. "É que, diferentemente da empresa estatal, que também tem compromisso social, a empresa privada somente tem compromisso com o seu lucro. As tarifas sobem, sem que haja qualquer preocupação com o já minguado orçamento doméstico dos menos afortunados", concluiu.

Lauro analisa encontro do presidente com Bush

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem, em Plenário, a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos para tratar da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Segundo Lauro Campos, Fernando Henrique não discutiu a real conveniência da criação da Alca para o Brasil, preferindo ater-se à tentativa, aparentemente bem-sucedida, de adiar o início do novo mercado de 2003 para 2005.

– Olhar nos olhos de Bush deveria ser mais do que flertar com a intimidade do poder mundial.

Fernando Henrique Cardoso olhou no olho vazio de Bush e não viu mais nada. As decisões adequadas ao império dos capitais oligopólicos já tinham sido tomadas. A Alca tinha de esperar por um novo agravamento da crise que os neoliberais dizem inexistir, mas que marca a pauta dos donos do mundo – ironizou o senador, referindo-se à promessa feita por Fernando Henrique de tirar os óculos e olhar "olho no olho" do presidente George Bush, como forma de marcar a posição brasileira, depois que este havia declarado que iria olhar o



Lauro: FHC não discutiu a conveniência da criação da Alca para o Brasil

presidente brasileiro "nos olhos" e dizer que era a favor do livre comércio.

Segundo Lauro Campos, o adiamento deveu-se à necessidade das multinacionais de desativar unidades à espera de uma redução sensível do consumo. "Para não voltar de mãos abanando", como disse o senador, Fernando Henrique resolveu apoiar publicamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem sofrido ataques do governo norte-americano.

Mauro defende liberação de recursos para o Entorno do DF

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou para a necessidade de o governo federal liberar as verbas previstas em emendas apresentadas pelas bancadas do Centro-Oeste ao Orçamento Geral da União de 2001, que destinam recursos à região do



Mauro Miranda: DF é ilha de prosperidade cercada de miséria

Entorno do Distrito Federal. São duas emendas, com valor total de R\$ 8,5 milhões, e que têm como objetivo a implantação, ampliação e melhoria da infraestrutura urbana na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno e Distrito Federal.

Para o senador, é necessária uma atuação conjunta da União, além dos governos do Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e dos municípios do Entorno, para induzir o desenvolvimento na região, capacitando-a de infraestrutura urbana e de serviços públicos e ordenando sua ex-

pansão populacional. O Distrito Federal, na opinião de Mauro Miranda, está-se transformando em uma ilha de prosperidade e riqueza, cercada de miséria por todos os lados.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno e Distrito Federal, lembrou o senador, foi criada em abril de 1998. Fazem parte dela, além do Distrito Federal, 19 municípios goianos e dois municípios mineiros. Seu objetivo, acrescentou Mauro Miranda, é desenvolver os municípios do Entorno mediante o tratamento uniformizado com o Distrito Federal de toda sua área limítrofe.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou que o governo federal deve encarar a questão do Entorno com mais seriedade, e não apenas com palavras e discursos.

Projeto de Ademir modifica lei sobre estágios

Projeto apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) modifica a lei que trata dos estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau. O senador explicou que pretende deixar mais claro o caráter de um estágio profissional, possibilitando a sua realização somente em unidades que tenham condições de proporcionar experiências práticas na linha de formação do estagiário. O aluno deve também desempenhar funções compatíveis com sua formação, disse o senador, que propõe garantia

de alguns direitos básicos ao estagiário, compatíveis com a sua condição de estudante.

– Não podemos mais tolerar que, por falha na legislação, e ainda por falta de fiscalização do governo federal, muitos estagiários sejam explorados como mão-de-obra barata e colocados no lugar de pessoas que precisam e não podem sustentar suas famílias, levando-as ao desemprego permanente – afirmou o senador.



Ademir Andrade quer evitar a exploração dos estagiários

Ademir observou que nem todos os estágios são "empregos disfarçados", mas disse que algumas empresas estão desvirtuando a instituição do estágio para obter maiores lucros. O senador chamou de "empregos disfarçados" o que classifica como uma nova modalidade de

fraude, que consiste em negar as garantias sociais dos trabalhadores usando mecanismo de despiste para driblar a Previdência Social.

Lobão defende fabricação do coquetel anti-Aids no Brasil

Senador lembra que a legislação permite o “licenciamento compulsório” em casos de utilidade pública ou cobrança de preços extorsivos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a fabricação, pelo Brasil, dos medicamentos que compõem o coquetel anti-Aids. A fabricação dos remédios, patenteados por multinacionais norte-americanas, tem sido alvo de reclamações do governo dos EUA, que pediram à Organização Mundial do Comércio (OMC) a criação de um conselho de arbitragem do litígio.

Lobão lembrou que a legislação brasileira permite o “licenciamento



Edison Lobão observa que programa brasileiro provocou queda de preços

compulsório” — a produção local de qualquer remédio nos casos de utilidade pública ou quando o laboratório detentor da patente não produz o remédio no país e cobra preços extorsivos para fornecê-lo. A legislação internacional também permite ao país fazer o “licenciamento compulsório”, salientou o senador, pagando aos laboratórios pelo uso temporário da fórmula, a preços que o país considere justos.

De acordo com o senador, antes

do programa brasileiro de combate à Aids, que inclui a fabricação dos medicamentos, o tratamento com o coquetel de remédios custava cerca de US\$ 15 mil por ano, só possível para ricos. Hoje o custo é de US\$ 3 mil e poderá cair para US\$ 600.

Lobão citou a situação dos países da África, onde a epidemia de Aids atingiu níveis assustadores e os preços dos remédios continuam altos. Também criticou os laboratórios multinacionais pela pressão exercida sobre a África do Sul, para impedir que aquele país produza medicamentos genéricos. O senador acrescentou que nas últimas semanas a OMC tem sido acusada de beneficiar os países ricos.

Senador elogia ações da DRT do Maranhão

Ao manifestar ontem preocupação com a segurança e a saúde dos trabalhadores, o senador Edison Lobão destacou as ações desenvolvidas pela Delegacia Regional de Trabalho do Maranhão (DRT/MA). Entre as ações da DRT, ele mencionou a oficina de trabalho sobre segurança e saúde dos trabalhadores na indústria madeireira, que teve a participação de sindicalistas, proprietários de madeiras e técnicos de segurança.

— Segurança e saúde dos trabalhadores surgem não só como indicado-

res essenciais para a qualidade e a produtividade, mas como diferenciais para as empresas, em um mercado cada vez mais globalizado, complexo e competitivo — explicou.

O senador ressaltou a preocupação da DRT com o recolhimento do FGTS e anunciou uma campanha a ser realizada entre trabalhadores e empresários, com o objetivo de elevar a arrecadação sem a necessidade de aumentar o número de autos de infração. Acrescentou que será realizado o Fórum de Erradica-

ção do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente, organizado pela DRT. No fórum, com a participação de prefeitos, representantes dos conselhos tutelares e dos conselhos municipais, serão abordados os problemas vividos pelos 57 municípios maranhenses que fazem parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Edison Lobão elogiou também a implementação, anunciada pelo governo, de um programa para a redução de acidentes de trabalho.

Nabor rejeita aumento de tarifas para reduzir consumo de energia

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) protestou ontem contra a possibilidade de majoração das tarifas como estratégia para reduzir o consumo de energia elétrica. Segundo ele, isso seria um erro intolerável, porque estariam sendo prejudicados os brasileiros mais pobres para aumentar as remessas de lucros para os ricos investidores do exterior, cujas multinacionais hoje dominam o setor elétrico no Brasil.

Nabor reconheceu existir, nesse momento, um problema grave de energia elétrica, a ser enfrentado com criatividade pelas autoridades.

— O governo precisa estar atento à voracidade das empresas do setor, pois os brasileiros não suportarão outro atentado à sua já precária capacidade de sobrevivência — afirmou.

O senador lembrou que há muito tempo se sabia do descompasso entre as necessidades crescentes e a capacidade produtiva instalada, ressaltando que, nos últimos dez anos, faltaram investimentos, prudência e capacidade gerencial ante uma situação que se prenunciava calamitosa.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também manifestou preocupação com a possibilidade de

majoração de tarifas, que, em sua opinião, anularia o recente aumento do salário mínimo. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que o governo está no mau caminho ao querer forçar a privatização de Furnas. “Há pouco dinheiro no mercado, que deve ser usado para construir novas unidades e linhas de transmissão, não para trocar Furnas de mãos, o que não ampliará a oferta de energia”, disse.



Nabor: faltaram investimentos e capacidade gerencial

Hartung pede que o Senado vote neste semestre a nova Lei das S.A.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) pediu ontem que o Senado vote ainda neste semestre a nova Lei das Sociedades Anônimas, aprovada na semana passada na Câmara dos Deputados.

— Sou favorável a que o Senado vote a proposição na forma do acordo suprapartidário realizado na Câmara. Retardar a votação seria dar aos lobistas que atuaram contra a matéria mais uma oportunidade de tentarem descaracterizar o bom trabalho realizado pelos deputados Emerson Kapaz e Antônio Kandir — afirmou.

De acordo com Hartung, é de medidas como a nova Lei das S.A. que o país precisa para reduzir o custo do dinheiro, promover o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico, gerar empregos e se



Hartung: país precisa de medidas como a nova Lei das S.A.

credenciar para enfrentar o mercado internacional. Hartung destacou que o projeto aprovado cria mecanismos que reduzem conflitos entre minoritários e controladores, garantindo a ambos direitos e participações nos conselhos de administração e fiscal das empresas.

O senador observou que a proposta avança ainda no sentido de fortalecer e proporcionar maior independência à Comissão de Valores Mobiliários, como órgão regulador e fiscalizador do mercado de capitais. Informou que a lei imporá penas de prisão e multa àqueles que a infringirem, utilizando indevidamente informações e manipulando o mercado com alterações artificiais, a fim de obter vantagens indevidas e lucro.

Osmar critica posição dos EUA em relação ao protocolo de Kyoto

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) criticou ontem a decisão do presidente norte-americano, George W. Bush, de não apoiar o protocolo de Kyoto (tratado internacional para conter o aquecimento global), que determina a redução de 5% na emissão de gases tóxicos na atmosfera em relação aos valores registrados em 1990. De acordo com o senador, os Estados Unidos são os maiores responsáveis pela emissão de gases que degradam a camada de ozônio e, ainda assim, o presidente Bush decidiu não honrar o protocolo assinado pelo ex-presidente Clinton em Kyoto (Japão), em 1998, alegando que a medida poderá prejudicar a economia norte-americana.

— É muita arrogância dos Estados Unidos. O assunto interessa ao mundo todo e o presidente americano se acha no direito de decidir pelo planeta. O protocolo de Kyoto é o salvo-conduto das futuras gerações, que podem sofrer por causa da decisão americana — disse Osmar Dias.

O senador elogiou e qualificou de “patriótica” a atitude do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, que divulgou



Osmar: protocolo é o salvo-conduto das futuras gerações

nota em que rechaça posições unilaterais em torno do assunto. “O problema da mudança climática é global e só pode ser tratado em um sistema global”, diz a nota que, segundo o ministro, tem o aval do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Osmar Dias alertou para o fato de que, segundo pesquisas científicas, a não redução na emissão de gases tóxicos pode causar, até o ano de 2100, a elevação da temperatura da terra em até 3,5° centígrados em relação à temperatura média atual. Isso poderá aumentar o nível dos oceanos entre 15 e 90 centímetros. Osmar destacou que os 55 países principais responsáveis pela emissão de gases tóxicos que causam a destruição da camada de ozônio respondem por 55% da emissão total desses gases.

— O Brasil deve impor sua liderança e só participar da discussão sobre integrar ou não a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) se os Estados Unidos honrarem o protocolo de Kyoto — afirmou o senador, ressaltando que não se pode pôr em risco o futuro do mundo para que os Estados Unidos protejam suas indústrias.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Carlos Wilson, Antero Paes de Barros, Moreira Mendes e Ramez Tebet